

Custos versus Benefícios Resultantes da Ação Coletiva na Agricultura Familiar: Um Olhar Além das Informações Financeiras.

Costs versus Benefits of Family Farming's Collective Action: an Overview Beyond Financial Information.

Isielli Mayara Barzotto Martins Tierling.

Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE campus Toledo,
Professora efetiva com dedicação exclusiva na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
E-mail: professora.isi@gmail.com

Carla Maria Schmidt

Doutora em Administração pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB,
Professora efetiva com dedicação exclusiva na UNIOESTE
E-mail: carlamariaschmidt@hotmail.com

Resumo: A literatura e as teorias que permeiam o desenvolvimento regional têm demonstrado que, além das percepções financeiras positivas e/ou negativas resultantes das ações coletivas, há custos e benefícios não financeiros, falhas e desafios a serem enfrentados pelos grupos. Diante disso, este estudo teve como objetivo central analisar de que forma a estrutura de governança coletiva apresenta influência (social, econômica, informacional, cultural e política) sobre os agricultores familiares associados à Associação de Produtores de Corumbataí do Sul – APROCOR. Para isso, foram utilizados os métodos qualitativo e explicativo, através da pesquisa documental e entrevistas. Os resultados demonstraram que, dentre os inúmeros benefícios gerados aos produtores familiares, destaca-se o papel da APROCOR em proporcionar ganhos econômicos e financeiros, informacionais, sociais, ambientais e de saúde ao trabalhador rural. Além dos benefícios gerados ao produtor, o estudo demonstrou ainda que a ação coletiva gera externalidades positivas, resultando em ganhos para a família do produtor rural, para o meio ambiente e comunidade local. As principais falhas existentes entre os indivíduos analisados incluem dificuldades de natureza cognitiva, estrutural, comportamental, institucional e política, além de desafios, dentre os quais, a capacitação dos agentes e promoção da racionalidade coletiva. Conclui-se que, apesar das falhas, há viabilidade da ação coletiva, uma vez que há possibilidade de minimização das dificuldades e cumprimento dos desafios coletivos.

Palavras-chave: Benefícios coletivos. Falhas coletivas. Ação coletiva. Agricultura familiar. Associação de produtores.

Abstract: *The literature and theories that permeate regional development have demonstrated that, in addition to positive and/or negative financial perceptions resulting from collective actions, there are non-financial costs and benefits, failures and challenges to be faced by groups. The main objective of this study was to analyze how the collective governance structure has an influence (social, economic, informational, cultural and political) on the family farmers associated with the Association of Producers of Corumbataí do Sul - APROCOR. For this, qualitative and explanatory methods were used, through documentary research and interviews. The results showed that among the innumerable benefits generated by family farmers, APROCOR's role in providing economic, financial, informational, social, environmental and health gains to the rural worker stands out. Besides the benefits generated to the producer, the study also showed that collective action generates positive externalities,*

Submetido em 29/03/2019 e aceito em 18/05/2020 por Vinícius Mothé Maia após o processo de Double Blind Review

resulting in gains for the family of the rural producer, for the environment and local community. The main flaws among the analyzed individuals include difficulties of a cognitive, structural, behavioral, institutional and political nature, as well as challenges, among which are the training of agents and promotion of collective rationality. It is concluded that, despite the failures, there is feasibility of collective action, since there is possibility of minimizing difficulties and meeting the collective challenges.

Keywords: *Collective benefits. Collective failures. Collective action. Family farming. Association of producers.*

1 Introdução

O contexto atual e as perspectivas da pequena propriedade de produção rural têm suscitado estudos científicos que revelam o perfil e as diferentes formas de atuação da agricultura familiar. No Brasil, tem desempenhado importante papel nas esferas econômica e social, sendo classificada como fator de desenvolvimento, apesar das dificuldades por ela enfrentadas nos contextos regionais. Ao longo dos anos, a agricultura familiar se estabeleceu como um setor heterogêneo, em razão da diversidade de renda, atividades, tamanho da propriedade, dentre outros fatores. Consolidou-se de modo a ter como principal estratégia, a diversificação de produtos e processos para sobrevivência econômica e passou a ter o grande desafio de contribuir com a segurança alimentar (BUAINAIN, 2006; BANCO MUNDIAL, 2007; FAO, 2014).

Numa outra vertente, a literatura tem demonstrado por intermédio dos estudos vinculados à teoria da ação coletiva, que dentre as estratégias e alternativas buscadas pela agricultura familiar estão as ações de cooperação, desenvolvidas através da formação de associações, cooperativas, redes, *clusters*, assim como, entidades de representação de compras e venda, de crédito, de controle de qualidade, dentre outras (NASSAR, 2001). Essas ações têm se mostrado como eficientes recursos para os produtores rurais de menor porte, no que se refere à possibilidade de inserção econômica, representação social e criação de valor (NASSAR, 2001; SAUVÉE, 2002; MAEDA; SAES, 2009; SCHMIDT, 2012).

No entanto, apesar dos fatores positivos resultantes das ações coletivas evidenciados pelos diversos estudos no agronegócio brasileiro, os quais incluem fatores financeiros e não financeiros, a teoria da ação coletiva evidencia também a existência de conflitos simultâneos às ações de cooperação e coordenação, surgindo então falhas coletivas, dificuldades na condução do trabalho conjunto, bem como, desafios a serem superados pelo grupo (OSTROM, 1990; HARDIN, 1995; OLSON, 1999).

A partir disso, o presente estudo utilizou como objeto de pesquisa a Associação de Produtores de Corumbataí do Sul – APROCOR, tendo como principal objetivo analisar de que forma a estrutura de governança coletiva – APROCOR – apresenta influência (social, econômica, informacional, cultural e política) sobre os agricultores familiares a ela associados. O estudo foi desenvolvido à luz da teoria da ação coletiva e, com isso, foi possível evidenciar quais são os ganhos e perdas dos agricultores familiares ao participarem de uma ação conjunta, considerando fatores financeiros e não financeiros.

Além desta introdução, este estudo apresenta ainda uma revisão de literatura sobre a agricultura familiar e a teoria da ação coletiva, os métodos e técnicas utilizados na pesquisa, bem como, os resultados provenientes da pesquisa empírica.

2 Revisão de literatura

2.1 Teoria da ação coletiva

A teoria da ação coletiva discute as razões pelas quais os indivíduos agem coletivamente, uma vez que poderiam prover suas necessidades individualmente. Para isso, o

argumento aplicado reside na afirmação de que tais necessidades são impossíveis ou com maior nível de dificuldade de obtenção se os indivíduos buscam-nos individualmente, e não coletivamente (OLSON, 1999).

A origem da teoria da ação coletiva é atribuída por Nassar (2001) à obra de John R. Commons, *The Economics of Collective Action*¹, de 1950, que trata da teoria dos grupos sob argumentos políticos, afirmando que tais grupos, poderiam substituir o legislativo devido à grande representatividade e maiores ganhos trazidos à sociedade. Por sua vez, Mancur Olson, na obra intitulada como *The Logic of Collective Action*², de 1965, apresentou uma explicação econômica para a formação de grupos, ao apontar que o comportamento coletivo somente será praticado se os benefícios dificilmente forem alcançados individualmente. Os estudos de Olson, sobretudo por sua obra republicada em 1999, trouxeram duas importantes contribuições: a confirmação de que há provisão de bens coletivos dada pelos grupos e a existência de *free riders*, que expressam os indivíduos “caronas” ou “aproveitadores” existentes, os quais dificultam a atuação do grupo (NASSAR, 2001; WENNINGKAMP, 2015).

As obras de Mark Granovetter também apresentam importantes contribuições à teoria da ação coletiva. Na primeira obra, intitulada como *The strength of weak ties*³, de 1973, o autor aponta a existência de laços fracos e fortes na formação de grupos, cuja força do laço provoca maior ou menor possibilidade de ligações entre indivíduos, influenciando a difusão de informação e a formação de estruturas complexas. Na segunda obra, intitulada como *Economic Action and Social Structure: The problem of embeddedness*⁴ de 1985, o autor propõe que o comportamento e as instituições estão imersos ou enraizados em uma estrutura social de contínuas relações, não podendo ser analisados como elementos independentes.

Por sua vez, a cientista política, Elinor Ostrom, que recebeu Prêmio Nobel de Economia em 2009, também apresenta importantes contribuições nas suas duas principais obras: *Governing the Commons*⁵, de 1990 e *Collective Action and Local Development Processes*⁶, de 2007. A primeira obra propõe uma reflexão sobre os motivos de os indivíduos cooperarem em dilemas sociais se eles poderiam ser caronas e se aproveitar dos benefícios gerados pelos demais indivíduos do grupo; e na segunda obra, Ostrom (2007) apresenta a reputação, a confiança e a reciprocidade como fatores que influenciam no surgimento e manutenção das ações coletivas.

Wenningkamp (2015) observa que alguns aspectos abordados por Olson, Ostrom e Granovetter são comuns, possibilitando definir os fundamentos da teoria da ação coletiva e suas variáveis estruturais. O primeiro fundamento da teoria da ação coletiva refere-se à **racionalidade individual versus racionalidade coletiva**, que revela que, a menos que haja coerção para forçar os indivíduos a agir coletivamente ou algum incentivo, além do benefício coletivo que os estimulem à arcar com os custos da ação grupal, eles não agirão em prol do objetivo comum. O segundo fundamento refere-se ao **tamanho e composição dos grupos**, que revela que os grupos menores são mais eficientes, pois nestes os indivíduos estão mais propensos à cooperar e isso deve-se ao fato de que, nos grupos menores, a percepção do benefício alcançado coletivamente é maior para cada indivíduo, a presença de *free riders* é detectada mais facilmente, e quanto menor o grupo, menor serão os custos organizacionais e de coordenação. O terceiro fundamento refere-se a característica **heterogênea do grupo**.

¹ Tradução: A Economia da Ação Coletiva.

² Tradução: A Lógica da Ação Coletiva.

³ Tradução: A força dos laços fracos.

⁴ Tradução: Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão.

⁵ Tradução: Governando os Comuns.

⁶ Tradução: Ação Coletiva e Processo de Desenvolvimento Local.

Para Olson (1999), quanto maior o grupo, mais heterogêneo ele será e portanto haverá maiores conflitos de interesse no grupo. Granovetter (1973) retrata a heterogeneidade dos grupos de acordo com o tipo de laço que une os indivíduos (laços fortes ou laços fracos) e, portanto, como fator positivo para o alcance do objetivo do grupo. Ostrom (2007) analisa a heterogeneidade como desigualdade na distribuição de benefícios que pode, mais tarde, reduzir a confiança e cooperação no processo, porém menciona que tal fundamento não pode ser analisado isoladamente.

Além dos três fundamentos apresentados, as contribuições de Ostrom (2007) para a teoria da ação coletiva permitem acrescentar outros fatores, por ela considerados como variáveis estruturais, aos fundamentos da teoria ora analisada. Estes fatores são: a) a comunicação face a face; b) a forma de função de produção; c) a presença de informações sobre ações passadas; d) como os indivíduos estão ligados; e) a possibilidade de os indivíduos entrarem e saírem voluntariamente do grupo, além da discussão sobre a importância da liderança, inicialmente dada por Olson (1999) e mais tarde por Menard (2004).

Cabe destacar que as ações coletivas são motivadas por indivíduos em busca do alcance de algum ou mais objetivos em comum. Esses objetivos podem ser de natureza diversa. Sobre esse aspecto, Olson (1999) afirmou que os incentivos econômicos não são os únicos que motivam uma ação coletiva. Pelo contrário, muitas pessoas se sentem motivadas pelo desejo de prestígio, respeito, amizade e outros objetivos de cunho social e psicológico. Também Brito (2001) apontou que a ação coletiva pode ser motivada por diversas razões, entre elas: econômicas, sociais, políticas e culturais.

Nesse sentido, após vasto levantamento teórico-empírico, Schmidt, Saes e Monteiro (2014) evidenciaram cinco principais fontes de criação de valor das estruturas coletivas, sendo elas: inovação, redução de custos de transação e também de monitoramento, externalidades positivas e geração de conhecimento e troca de informações. Além desses, podem ainda ser citados como benefícios da ação coletiva: aumento de receita, ganhos de escala e de aglomeração, aumento do poder de barganha, diluição de riscos, redução de conflitos e maior poder de negociação (SACHS, 2003; LOURENZANI; SILVA, 2006; MAEDA; SAES, 2009).

Mais recentemente, estudo empírico realizado por Schmidt et al. (2015) também demonstrou que as ações coletivas desenvolvidas no campo do turismo sustentável promovem benefícios de diferentes formas, principalmente, ganhos de cunho econômico, social e ambiental, destacando-se o aumento da renda familiar, o empoderamento da mulher, do pequeno agricultor e a permanência de agricultores e filhos no campo e a conservação do espaço e da natureza.

Por fim, cabe mencionar que de acordo com Lourenzani e Silva (2006, p. 24-25), o apoio e a influência das “instituições é relevante para intermediar o estabelecimento das ações coletivas tanto horizontais quanto verticais. Horizontalmente, o apoio deve ser na forma de incentivo à cultura associativa, por meio de cursos, palestras e relatos de experiências de sucesso. Verticalmente, as instituições devem intermediar o estabelecimento da cooperação adaptando e traduzindo a demanda e a capacidade de oferta das partes envolvidas”.

Pelo exposto, entende-se que a ação coletiva está pautada sobre questões relativas a geração de benefícios aos membros do grupo. Porém, é cabível conceber que todos estes pontos observados pela teoria da ação coletiva possuem limites e restrições, que permitem aceitar a existência de perdas, advindos de falhas quaisquer cometidas pelo grupo. Como ocorre com os benefícios gerados pelo grupo, as falhas são arcadas por todos os indivíduos que participam da ação coletiva e influenciam a manutenção e existência destas ações e para que se possa compreender essa discussão, a próxima sessão aborda as falhas coletivas.

2.2 Falhas coletivas

A literatura clássica da teoria da ação coletiva apresenta que, simultaneamente à existência de ações coletivas, estão as ações de cooperação, competição, auto interesse, heterogeneidade de interesses, disposições diferentes entre os indivíduos em cooperar, ligações diferentes entre os indivíduos, tamanhos de grupos diferenciados, e que todos estes fatores, quando combinados de formas diferentes, podem refletir situações positivas ou negativas em relação ao provimento de benefícios coletivos. Ao refletir situações negativas, surgem então as situações onde há falhas coletivas (GRANOVETTER, 1973; OSTROM, 1990; OLSON, 1999).

Caleman (2010, p.15) define as falhas organizacionais como “um fenômeno de dissipação do valor criado na transação, a partir da adoção de determinados arranjos institucionais – a firma e as formas híbridas de governança – sendo a transação a unidade de análise”. Apesar deste aspecto negativo resultante das falhas de coordenação, Eisenhardt e Martin (2000) apontam seu importante papel no desenvolvimento de capacidades dinâmicas da firma, uma vez que há aprendizado com os erros. Dessa forma, as falhas organizacionais podem também ser vistas como oportunidade de reconhecimento das potenciais crises e mecanismo de prevenção de problemas futuros.

Zylbersztajn e Caleman (2013) apontam que as falhas são contrapontos das razões da cooperação, podendo-se analisá-las juntamente com a cooperação. Ao analisar as falhas coletivas, Caleman (2010) postula que a ocorrência destas é fortemente influenciada pelos fatores: a) tempo de interação dos agentes, b) assimetria informacional, c) falta de delineamento dos direitos de propriedade e d) nível de dependência entre os agentes da transação. Além disso, a autora aponta ainda seis tipos de natureza das falhas organizacionais, as quais são provenientes de aspectos internos e externos à firma ou estrutura complexa, e refletem sobre as várias facetas do ambiente organizacional (Quadro 1).

Quadro 1 – Classificação da natureza das falhas coletivas.

Tipos	Formalização
Natureza Estrutural	Nas transações, as falhas se dão através da frequência das transações e ativos específicos envolvidos. Em relação ao produto, as falhas se demonstram nas questões de preço, custo e escala, bem como, na dimensão de rotinas específicas, como previsibilidade, flexibilidade, complementaridade e variabilidade.
Natureza Cognitiva	Ocorre quando há limitação do indivíduo em lidar com as incertezas do ambiente externo para fazer cálculos precisos de probabilidade de risco e em comunicar-se de modo a codificar e decodificar mensagens e diferentes modelos mentais.
Natureza Comportamental	Ocorre através do comportamento oportunístico do indivíduo ou de suas diferentes atitudes diante do risco.
Natureza Informacional	Ocorre quando há existência de racionalidade limitada e comportamento oportunista do agente, que está relacionado à assimetria de informação.
Natureza Institucional	Ocorre quando há fragilidade do ambiente institucional, decorrente dos direitos de propriedade indefinidos ou não garantidos.
Natureza Política	Ocorre quando há grupos de interesse ou de influência, atividades de <i>lobby</i> e a rivalidade entre empresas.

Fonte: elaborado pela autora com base em Caleman (2010).

Cumprir-se destacar-se ainda que a teoria da ação coletiva define que os incentivos positivos, ou seja, tanto o bem público adquirido quanto os incentivos a parte obtidos, são uma forma de amenizar tais conflitos, tornando a ação coletiva viável, apesar das falhas existentes. Esses incentivos a parte incluem o prestígio, o respeito, amizades, além de outros

de cunho social, psicológico, político e cultural, os quais não devem ser negligenciados pela teoria (OLSON, 1999; BRITO, 2001).

2.3 Agricultura familiar

Sob diferentes enfoques, a agricultura familiar tem sido apresentada por diversos estudos e, mais especificamente nas esferas econômica e social, têm demonstrado sua importância para as várias regiões e contextos do país. Estes estudos demonstram também a preocupação gerada diante da expansão produtiva dos estabelecimentos de maior porte e intensidade tecnológica, em relação aos reflexos gerados nas condições para atuação econômica das propriedades de menor porte (BUAINAIN, 2006; NAVARRO; CAMPOS, 2013; BUAINAIN, GARCIA, 2013).

Os estudos de Bergamasco et al (2013), Schneider (2010) e Buainain et al (2013) evidenciam que a agricultura familiar brasileira possui como principal característica a diversidade. Essas diferenças são resultado da formação histórica dos grupos, da herança cultural variada, da experiência profissional e particular dos produtores, além do acesso diferenciado à recursos (naturais, capital humano, capital social), ao mercado e à inserção socioeconômica. Apesar desta diversidade, que também aponta diferenças marcantes entre os produtores das diferentes regiões do país, é evidente a importância econômica e social representada por esses empreendimentos rurais (BUAINAIN, 2006).

No que se refere à importância social, a agricultura familiar tem desempenhado importante papel na questão da segurança alimentar. Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (2014) apontam que a agricultura familiar é responsável pela produção de 70% do alimento consumido internamente no Brasil (enquanto a agroindústria e grandes propriedades dominam a produção agrícola voltada para as exportações). A agricultura familiar é fundamental para contribuir com a estabilidade da segurança alimentar à longo prazo e, no Brasil, essa premissa pode ser confirmada pelo potencial produtivo que este setor apresenta, uma vez que é formado por mais de 5,1 milhões de estabelecimentos rurais (MAPA, 2019).

Alguns estudos têm evidenciado ainda os reflexos das diferenças regionais e apontam que estratégias precisam ser pensadas para que haja geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais (LOURENZANI, 2005; BATALHA et al, 2004; BUAINAIN; GARCIA, 2013). Assim, a diversificação da produção rural tem sido um dos fatores estratégicos para a geração de renda. Segundo Schneider (2010), as unidades de produção rural podem optar por cinco mecanismos para diversificação: ampliação do portfólio de produtos, redução dos custos e da dependência de insumos externos, reorganização técnico-produtiva da propriedade (voltando-se para práticas orgânicas, por exemplo), pluriatividade e criação de pequenos empreendimentos (individuais ou cooperativos).

Como a agricultura familiar é peça fundamental para o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais, Silva e Lourenzani (2011, p.160) sugerem ainda que os atores da agricultura familiar se organizem de melhor forma, para alavancar os índices de desenvolvimento já apontados pela literatura. Para isso, a adoção de ações coletivas é entendida como um mecanismo que torna possível a inserção dos pequenos produtores “no processo de aquisição de produtos de grandes redes varejistas e de outros importantes canais de distribuição”. Além disso, Farina (2002) reconhece também que algumas estratégias às exigências do mercado são representadas por ações coletivas e que estas contribuem para que produtores se adaptem aos novos padrões competitivos.

Ao observar os obstáculos enfrentados pelo pólo de confecções do Agreste Pernambucano, Sachs (2003) aponta que se houver a presença de concorrência e cooperação entre as ações de um empreendimento, como é o caso do associativismo, é possível obter algumas vantagens, como a solução de problemas comuns aos indivíduos, o aprimoramento

da infraestrutura e serviços, a negociação com o poder público e a atuação conjunta nos mercados.

Lazzarotto (2000) comparou dois empreendimentos associativistas no município de Pato Branco-PR, e identificou que entre eles havia diferenças significativas quanto à origem, objetivos e estado atual, e que estas diferenças foram os principais determinantes que conduziram ao sucesso de um, e ao insucesso do outro empreendimento. A associação identificada como de sucesso, apresentou-se ao longo do tempo como um empreendimento com intensa participação dos associados, o que facilitava a identificação dos interesses dos indivíduos. Com isso, o estudo demonstrou que a intensa participação dos membros apresentava-se como fator motivador para intervenção intensa (dos membros pleiteando seus interesses, e dos agentes externos – instituições – atuando em prol dos interesses dos membros), o que viabilizava a existência de tal ação coletiva. Fato esse, que não ocorreu na outra associação.

Sobre ação coletiva no formato cooperativista, em seus estudos empíricos, Chiariello e Eid (2010) analisaram as singularidades na gestão de duas cooperativas agropecuárias do interior do estado do Paraná e evidenciaram a existência de dinâmicas de gestão diferenciadas. Em uma delas, a Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá - COCAMAR, identificaram uma gestão voltada para resultados econômicos, cujas maiores preocupações permeiam as exigências de mercado. Na análise feita em outra cooperativa, a qual possui ligação com o Movimento Sem Terra – MST, a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – COPAVI, identificaram uma gestão que não negligencia o aspecto produtivo, mas que é voltada para melhores condições de resultados sociais para os cooperados, aumento da renda e poder no meio rural, além do caráter de resistência ao processo de concentração e centralização da renda. Assim, o estudo revelou que o viés social, presente no associativismo, pode também se fazer presente no meio cooperativista.

3 Metodologia de Pesquisa

Este estudo foi desenvolvido na Associação de Produtores de Corumbataí do Sul – APROCOR, que atua no sistema agroindustrial de frutas. A associação foi criada no município de Corumbataí do Sul, estado do Paraná, e expandiu-se para os municípios de Barbosa Ferraz, Nova Tebas e Godoy Moreira. Em 2015, ano de realização desta pesquisa, a associação contava com o trabalho conjunto de 85 associados, que correspondiam aos associados ativos.

Para a definição da amostra, estabeleceu-se como estratégia de pesquisa a utilização de amostra não probabilística por acessibilidade, também denominada como amostragem por conveniência. Dessa forma, a amostra compreendeu 26 produtores rurais familiares, aos quais o pesquisador teve acesso direto para as entrevistas, seja através de visita à propriedade ou mediante encontro nas imediações da associação.

Para a coleta de dados, utilizou-se a pesquisa documental e entrevistas não estruturadas. A pesquisa documental caracteriza-se pela eventual necessidade de buscar informações nos documentos históricos do objeto de estudo, sendo que foram consultadas a ata constitutiva, a ata de reunião de prestação de contas do exercício 2014, bem como, os relatórios financeiros (balanço patrimonial e demonstração de sobras e perdas) do exercício 2014. Além disso, uma entrevista foi dirigida, com perguntas abertas, ao gestor presidente e fundador da associação, outra ao engenheiro agrônomo do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER que coordena as atividades regionais de fruticultura, e também aos 26 produtores rurais. Para isso, foram utilizados roteiros de entrevista, elaborados com intenção de levantar informações específicas sobre a associação e produtores rurais familiares.

Para possibilitar a triangulação dos dados coletados, buscou-se complementação das informações obtidas na pesquisa documental através das entrevistas e, da mesma forma, através da pesquisa documental buscou-se complementação e confirmação das informações obtidas nas entrevistas.

Teve-se o intuito de sondar as razões e motivos para a cooperação, esclarecer informações sobre as dificuldades enfrentadas individualmente pelos membros do grupo, as dificuldades enfrentadas coletivamente por serem um grupo, bem como, os benefícios advindos da união e das relações de troca. Isso possibilitou identificar também a presença de *free-riders* e a forma como prejudicam a divisão dos recursos entre os que cooperam, bem como, os desafios e falhas coletivas. Ou seja, todos os fatores que implicam e contribuem para ações coletivas, oferecidas por Granovetter (1973), Granovetter (1985), Ostrom (1990), Olson (1999), Nassar (2001), Menard (2004), Ostrom (2007), Caleman (2010) e Zylbersztajn e Caleman (2013).

O roteiro de entrevista não estruturada aplicado ao gestor fundador da associação, conforme disposto no Apêndice A, foi organizado de modo a abranger os tópicos demonstrados no Quadro 2.

Quadro 2 - Categorias de pesquisa norteadoras para análise da entrevista com o presidente da Aprocor.

Objetivos	Categorias de análise	Variáveis analisadas	Questões
Identificar as principais características da Aprocor.	Caracterização da associação.	- Histórico	1 e 2
		- Objetivos/funções	3
		- Número de funcionários e associados	4 e 6
		- Fonte de recursos	7
		- Contratos, parcerias e certificações	5, 8 e 9
Identificar quais são as iniciativas coletivas existentes na Aprocor.	Ações Coletivas existentes.	- Iniciativas e eventos coletivos	10
		- Prêmios concedidos	11
Identificar os benefícios que a Aprocor proporciona aos agricultores familiares.	Benefícios da Ação Coletiva.	- Acesso à mercados, à informação, à tecnologia, Competitividade, Renda, dentre outros	12
Identificar as dificuldades, desafios e falhas coletivas.	Custos da Ação Coletiva.	- Participação	14
		- Presença de <i>free-riders</i>	15
		- Conflito de interesses	16 e 17
		- Outros desafios enfrentados	13

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Da mesma forma, o roteiro de entrevista semi estruturada aplicado ao engenheiro agrônomo do Instituto EMATER que coordena as atividades de fruticultura no município de Corumbataí do Sul e cidades do entorno, conforme disposto no Apêndice B, foi organizado de modo a abranger os tópicos demonstrados no Quadro 3:

Quadro 3 – Categorias de pesquisa norteadoras para análise da entrevista com o técnico do Instituto EMATER.

Objetivos	Categorias de análise	Variáveis analisadas	Questões
Identificar as principais características da Aprocor.	Caracterização da associação.	- Histórico	1, 2, 3 e 6
		- Parcerias	4
		- Importância da ação coletiva	5

		- Aspectos gerais da ação coletiva	13
Identificar os benefícios proporcionados pela Aprocor.	Benefícios da Ação Coletiva.	- Benefícios aos produtores rurais familiares	7 e 8
		- Benefícios para a sociedade em geral	9
Identificar as dificuldades, desafios e falhas coletivas.	Custos da Ação Coletiva.	- Presença de <i>free-riders</i>	11
		- Conflito de interesses	12
		- Outros desafios enfrentados	10

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Da mesma forma, o roteiro de entrevista semi estruturada aplicado aos agricultores familiares associados à APROCOR, conforme disposto no Apêndice C, foi organizado de modo a abranger os tópicos demonstrados no Quadro 4.

Quadro 4 - Categorias de pesquisa norteadoras para análise das entrevistas com os agricultores familiares associados à Aprocor.

Objetivos	Categorias de análise	Variáveis analisadas	Questões
Identificar as principais características dos agricultores familiares.	Caracterização dos agricultores familiares	- Idade e Grau de instrução	1 e 2
		- Tamanho da propriedade	3
		- Produção	4
		- Renda familiar (fontes de renda e média anual)	5 e 6
		- Número de empregados	7
		- Tempo de associação	8
Identificar quais são as iniciativas coletivas existentes na Aprocor.	Ações Coletivas existentes.	- Iniciativas e eventos coletivos	9
		- Participação	10
Identificar os benefícios que a Aprocor proporciona aos agricultores familiares.	Benefícios da Ação Coletiva.	- Volume de produção e renda; acesso à mercados, à informação e à tecnologia; certificações; competitividade	11, 12 e 13
		- Prêmios recebidos	14
Identificar as dificuldades, desafios e falhas coletivas.	Custos da Ação Coletiva.	- Conflitos de interesse	16
		- Presença de <i>free riders</i>	17
		- Outras dificuldades enfrentadas	15

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Os dados coletados foram analisados por intermédio da técnica de análise de conteúdo e interpretados à luz da ta ação coletiva. O conjunto de estratégias (coleta/análise) das informações permitiu novos conhecimentos empíricos e confirmações teóricas a respeito dos objetivos deste estudo (BARDIN, 2011). Para apresentação das análises realizadas, utilizou-se o método descritivo.

4 Resultados da Pesquisa

A Associação de Produtores de Corumbataí do Sul – APROCOR teve sua origem a partir da criação da Associação de Moradores e Agricultores de Corumbataí do Sul – AMACOR, no ano de 1992, cuja finalidade era reunir produtores de café, para que pudessem

discutir os problemas comuns da cultura e comercialização. No entanto, após iniciarem os trabalhos conjuntos, além de sentirem as dificuldades em relação às condições de preço e mercado, os monocultores de café foram surpreendidos com chuvas de granizo no ano de 1999, seguida de uma forte geada no ano 2000, trazendo grandes prejuízos e a necessidade da criação de alternativas. Foi neste período que a APROCOR efetivamente estava formada e trouxe como alternativa a cultura do maracujá, implantada por um grupo de 6 produtores no início do ano de 2001.

Após implantação da cultura do maracujá azedo pelo grupo de agricultores, foi possível a primeira comercialização do grupo, feita à CEAGESP em 2003, num total de 66 caixas de maracujá. No final do mesmo ano, contabilizou-se a comercialização de mais de 5 mil caixas de maracujá, pelo mesmo grupo de produtores. A partir disso, obteve-se um aumento no número de produtores rurais interessados na implantação da cultura, sendo que, após três anos, a produção total do grupo chegou à mais de 50 mil caixas de maracujá. Com o passar dos anos, novas culturas foram sendo implantadas, com o intuito de promover maior diversificação da agricultura, de modo a garantir a sustentabilidade financeira da agricultura familiar, bem como, o alcance de novos mercados por intermédio da associação.

Com o aumento das operações de mercado, o fato de a associação classificar-se como entidade sem fins lucrativos tornou-se uma dificuldade, pois não havendo forma empresarial necessária para possuir cadastro estadual para comercialização, ficava impedida da emissão de nota fiscal de vendas, sendo que toda e qualquer operação de mercado (tanto de entradas de insumos e materiais de consumo, quanto de saída de produtos) se dava por intermédio do cadastro rural dos associados. Assim, surgiu a necessidade de criação de uma cooperativa, a qual ofereceria as exigências legais necessárias para comercialização, bem como, abriria espaço para a formalização de um ambiente que favoreceria a geração de valor sobre os produtos provenientes das propriedades.

A partir desta necessidade, a Cooperativa Agroindustrial de Corumbataí do Sul – COAPROCOR foi criada em 2011, através da possibilidade da comercialização da semente do maracujá azedo para a indústria de cosméticos, que exigia um processo industrial para despolar a fruta e extrair apenas a semente, de modo a prepará-la para a venda desagregada do produto *in natura*. Através dos recursos obtidos por intermédio da associação, foram adquiridos o local para implantação da indústria, as máquinas e todos os equipamentos necessários para o processo industrial de despolvimento do maracujá.

No decorrer dos anos, a atuação conjunta dos produtores rurais objeto deste estudo proporcionou diversos resultados positivos, dentre os quais a criação de uma cooperativa de produtores, com a finalidade de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar. Assim, atualmente a ação coletiva abrange tanto atividades associativas, por intermédio da APROCOR, quanto atividades cooperativas, por intermédio da COAPROCOR. Neste estudo, optou-se por estudar apenas a entidade associativa. Tal escolha se deu, primeiramente, pelo fato de todos os produtores rurais associados à APROCOR serem também cooperados na COAPROCOR. Estes produtores correspondem aos atores da primeira ação coletiva promovida na região, estando mantidos até a atualidade em ambas as organizações. Além disso, os demais cooperados na COAPROCOR, além daqueles associados à APROCOR são indivíduos provenientes de diversas outras regiões do estado do Paraná, com diferenças locacionais expressivas e dispersas, tornando-se inviável para a análise pretendida.

Ao analisar as características dos produtores rurais familiares observou-se que: a) possuem uma média de idade de 50 anos; b) possuem baixo nível de escolaridade, dos quais, a grande maioria possui apenas o nível de alfabetização (1º a 4º série); c) possuem propriedades de pequeno porte, sendo cerca de 70% das propriedades rurais menores que 10 alqueires; d) a parcela de terras suficiente para gerar renda proveniente da fruticultura é muito pequena,

sendo que 50% das famílias destinam, no máximo, 1 alqueire para o cultivo de frutas; e) possuem família pequena, integrando, no máximo, 5 pessoas; f) as famílias possuem outras fontes de renda, que variam entre a cultura do café, legumes e verduras, gado de corte e leite, além de aposentadoria e emprego fixo; g) 33% das famílias possuem mão de obra exclusivamente familiar, 15% possuem de 1 a 7 empregados temporários e apenas 4% possuem empregado fixo.

A partir deste histórico das principais características do grupo, foi possível analisar os custos e benefícios da ação coletiva.

4.1 Análise dos Benefícios da Ação Coletiva

A identificação dos benefícios proporcionados pela APROCOR aos produtores rurais à ela associados se deu mediante análise dos dados obtidos durante as entrevistas. Cabe mencionar que ficou evidenciada maior proporção de benefícios resultantes da ação coletiva, em relação aos desafios, dificuldades ou falhas, os quais serão apresentados na subseção posterior. Esta condição remete-se às premissas introduzidas por Olson (1999) e Brito (2001), ao afirmarem que a ação coletiva torna-se viável se há incentivos positivos, mesmo quando há falhas existentes, os quais incluem os ganhos econômicos e financeiros, o prestígio, respeito, amizade e vários outros de cunho social, psicológico, político e cultural.

Os primeiros benefícios identificados foram os decorrentes do próprio processo de crescimento e fortalecimento do grupo. Com a implantação da cultura do maracujá azedo pelo grupo de produtores, houve **garantia de renda** aos produtores rurais através da possibilidade de comercialização de maior volume de produção. Esse mecanismo de diversificação viabilizava uma logística integrada e, conseqüentemente, proporcionou **estabilidade financeira**. Destaca-se que, o surgimento da associação no contexto rural dos produtores familiares trouxe a possibilidade de desenvolvimento local através de alguns fatores:

- a) Pela distribuição de renda, que outrora, na monocultura do café, era anual (ou bianual quando da ocorrência de intempéries climáticas), mas com a diversificação da propriedade passou a ser em períodos mais curtos, trazendo a possibilidade de um **planejamento financeiro familiar mensal**;
- b) Pela utilização de recursos naturais disponíveis, pois a implantação da cultura do maracujá exigiu apenas investimentos na aquisição de mudas e arame para instalação das espaldeiras. Posteriormente, a implantação de outras culturas se deu da mesma forma, o que possibilitou a **redução de custos**;
- c) Por intermédio das relações de gênero, com a possibilidade da inclusão do trabalho feminino na poda e colheita dos frutos, bem como, a possibilidade de permanência dos filhos no campo, proveniente da **melhor distribuição de renda entre os membros da família**;
- d) Por meio da segurança em relação às variações de preço e acesso aos mercados, uma vez que o volume de produção conjunto viabiliza a logística para mercados mais distantes, garantindo o **escoamento de toda a produção**.

Com isso, identificou-se a possibilidade de **inclusão do pequeno produtor rural na cadeia produtiva** de frutas. Isso porque a região de Corumbataí do Sul possui condições climáticas e de solo favoráveis ao cultivo de frutas, porém, a sua localização, distante de grandes centros e mercados, desfavorece o escoamento da produção.

“Agora tem onde colocar o produto. Como a região é de difícil acesso, o picareta vinha apenas quando interessava, quando não interessava, o produtor ficava na mão e tinha que sair de porta em porta.” (Entrevistado A – produtor rural)

A inclusão do agricultor familiar na cadeia produtiva de frutas trouxe então a garantia do escoamento da produção e, conseqüentemente, o **aumento da renda familiar**. Em períodos anteriores à criação da APROCOR, alguns agricultores já possuíam lavouras de frutas, como é o caso do maracujá e laranja, porém consideravam estas culturas como de risco, e mantinham investimentos baixos ou nulos, além da baixa produtividade. A partir da ação coletiva e implantação de novas culturas frutíferas, houve possibilidade do aumento da renda, mediante garantia do escoamento da produção e comercialização conjunta. O aumento da renda familiar a partir da participação em ações coletivas já havia sido preconizado pela literatura da área (SACHS, 2003; MAEDA; SAES, 2009).

Dentro deste mesmo contexto, outro benefício a ser mencionado é a conquista do **poder de barganha** por parte do produtor rural de pequeno porte. Além do poder de barganha conquistado nas negociações de compras através da loja de peças e insumos agropecuários mantida em conjunto com a cooperativa, a negociação de vendas quando feita considerando todo o volume de produção do grupo permite melhores condições de preço e prazos, além da possibilidade da divisão de custos entre os produtores, viabilizando também a opção de uma **logística integrada** com alcance em mercados mais distantes. Em relação às negociações de compra de insumos e, principalmente, de venda dos produtos provenientes do campo, verificou-se que os produtores também reconhecem que se beneficiam do trabalho coletivo ao terem **reduzidas suas dificuldades em lidar com as operações comerciais**, uma vez que são repassadas para a associação as tarefas burocráticas da comercialização.

Esse resultado vem de encontro com estudo anterior de autoria de Lourenzani e Silva (2006), no qual as autoras identificaram que o poder de negociação é uma variável afetada pelo conhecimento acumulado do grupo, de modo que quanto maior o poder de negociação do grupo, maior é a possibilidade de acesso a canais mais rentáveis, pois os produtores são capazes de exigir melhores condições numa transação. Igualmente Sachs (2003) e Maeda e Saes (2009) já apontavam a ação coletiva como propulsora de maior poder de barganha por questões de ganhos de escala e de aglomeração, além de maior poder de negociação.

Num segundo momento da história da APROCOR, com a **criação e consolidação da cooperativa** diversos benefícios também foram gerados aos associados. Esses benefícios referem-se, em especial, à abertura de novos mercados e à possibilidade de agregar valor ao produto. Se outrora a abertura de mercados para o escoamento da produção de frutas frescas já havia sido possível e trazido benefícios, esses benefícios foram ainda maiores a partir da consolidação da cooperativa, a qual oferece a possibilidade de agregar valor aos produtos *in natura* através do processamento industrial. Assim, além da **diversificação de frutas** na produção rural, neste momento, os produtores passaram a sentir os efeitos positivos da diversificação de processos, cuja finalidade é a geração de valor e aumento da riqueza agregada ao produto.

As **parcerias firmadas** entre a associação e o Instituto Emater e Secretaria Municipal da Agricultura reforçam o mecanismo de coordenação vertical adaptado à realidade do grupo, demonstrando resultados benéficos aos associados. Vários produtores familiares fizeram menção ao **conhecimento técnico adquirido** através da APROCOR, mencionando os eventos (cursos, palestras, dia de campo) promovidos pela associação e a assistência técnica direta na propriedade, através das visitas realizadas pelo engenheiro agrônomo. É importante observar que o benefício advindo da informação oferecida ao produtor rural está diretamente ligado aos resultados econômicos por ele percebidos. Isso se deve ao fato de que a assistência técnica direta leva a informação no momento oportuno e favorece a **redução de risco**, como nos casos em que a doença ou praga está se expandindo nas imediações da propriedade rural e, antecipadamente, são implantados mecanismos preventivos ou curativos.

Outros estudos a exemplo de Pasini (2013) e Schmidt, Saes e Monteiro (2014) já haviam identificado a importância das parcerias. Pasini (2013) relata que as parcerias entre os

piscicultores, a prefeitura municipal do município de Maripá – PR e a Emater promoveram políticas públicas que beneficiaram os piscicultores, incentivando a produção, a busca de qualidade e a melhor comercialização de peixes. No estudo de Schmidt, Saes e Monteiro (2014), os autores evidenciaram que as parcerias firmadas entre os produtores de vinho e uva e as instituições de pesquisa e ensino em Bento Gonçalves -RS contribuíram para o avanço da qualidade dos produtos e para a obtenção do primeiro Selo de certificação de origem de vinhos e espumantes no Brasil. Esses achados estão em conformidade com o que já apontavam Lourenzani e Silva (2006) no tocante ao papel e a importância das instituições.

A APROCOR possui contrato firmado com a indústria privada de cosméticos, através da Natura Cosméticos S.A., para fornecimento de insumos provenientes do maracujá utilizados na industrialização de perfumes e sabonetes da linha Ekos Natura, o que tem também gerado benefícios. Esses benefícios podem ser percebidos em relação à qualidade do produto e em relação aos ganhos sociais dos agricultores, além dos financeiros. Verificou-se que a manutenção da parceria firmada entre a associação e a indústria privada é garantida mediante o estabelecimento de padrões de qualidade e sustentabilidade do produto, o que exige o manejo adequado das frutas desde o período pré-safra, que se efetiva mediante acompanhamento da produção por intermédio de auditorias nas propriedades familiares. Em contrapartida, a indústria privada oferece toda a informação e conhecimento técnico adequado para o rigor no cultivo e manejo das frutas, com a finalidade de obtenção de **maior qualidade dos produtos**. Os benefícios sociais aos produtores, resultantes da parceria firmada com a empresa Natura Cosméticos se efetiva **no status e sentimento de orgulho** conferido aos produtores familiares, uma vez que o fruto de seu trabalho é destinado à uma das maiores empresas brasileiras de cosméticos, cuja marca possui repercussão nacional.

Além disso, o corpo técnico disponível à associação é favorável aos produtores, no sentido de aprimorar suas perspectivas e experiências na propriedade.

“A gente passa pra eles e eles correm atrás, aquilo que a gente acha que interessa. Eles estudam para ‘miorá’ pra população e depois explica pra nós como faz certinho.” (Entrevistado D – produtor rural)

O trabalho conjunto entre produtores e especialistas da área agrícola, como é o caso da presença do técnico agropecuário e do engenheiro agrônomo da Secretaria Municipal da Agricultura e Instituto Emater, respectivamente, unem o conhecimento teórico-científico às experiências práticas no campo, o que resulta em **aumento da produtividade, qualidade dos produtos e adequação ambiental** nos manejos de forma geral.

Neste sentido, percebeu-se também que o agricultor familiar se beneficia em relação à sua propriedade, no que se refere aos padrões ambientais ideais. Ao trabalhar a qualidade dos produtos, há uma séria vertente que busca, paralelamente, a preservação do meio ambiente. Quando identificado os eventos coletivos promovidos, verificou-se que algumas reuniões e palestras têm como foco a gestão de resíduos, o uso correto de agrotóxicos, o correto controle de pragas, como, por exemplo, as formigas, além do manejo adequado para conservação do solo e da água. Dessa forma, os efeitos da ação coletiva são benéficos ao meio ambiente e, conseqüentemente, favorecem a **valorização ambiental da propriedade**. Da mesma forma, os eventos que buscam a promoção do **uso correto de agrotóxicos**, bem como, os que orientam quanto ao uso correto de equipamentos de proteção individual e do vazão sanitário, que corresponde ao período de ausência de plantas vivas na lavoura com finalidade de eliminar fungos, trazem **benefícios à saúde, tanto do agricultor, quanto do consumidor de seus produtos**.

Resultado semelhante foi encontrado no setor de turismo rural na região oeste do Paraná, no qual a partir do trabalho em conjunto, os empreendedores passaram a ter maior

cuidado com a natureza. Especificamente, eles se preocuparam com a preservação da mata ciliar nas encostas dos rios; utilização de energia solar; coleta de lixo reciclável nas propriedades rurais; produção de verduras, frutas e legumes orgânicos; distanciamento de animais com os rios; plantação de árvores e compostagem de lixo orgânico (SCHMIDT et al., 2015).

Destacam-se ainda os benefícios sociais aos produtores familiares, resultantes da ação coletiva. Em primeiro lugar, ficou evidente **o sentimento de status, melhoria da auto estima e satisfação pessoal**, quando os pequenos produtores passaram a perceber individualmente a gama de resultados positivos no trabalho conjunto com os demais agricultores e parceiros da associação.

“É gratificante e o resultado é muito bom. Sinto o reconhecimento que as pessoas tem por saberem o tanto que eu produzo, por saberem que sou ativo nos trabalhos da associação, que meus produtos vão para a indústria, para a merenda escolar, além de conhecerem minha propriedade e verem ela como modelo.” (Entrevistado E – produtor rural)

Além disso, a diversificação de produtos promovida pela associação conduz o pequeno produtor à compreender a importância de seu trabalho e assumir a responsabilidade no fornecimento de frutas de qualidade, pois tal trabalho será em benefício próprio, mas proporcionará também resultados positivos para os demais agricultores associados, além da população que irá consumir seus produtos.

“Além de fazer parte, a gente fica contente de ver os amigos da gente melhorando também, tendo condições financeiras de se manter na agricultura.” (Entrevistado F – produtor rural)

“Eu me sinto bem em fazer parte da Aprocor porque é um motivo a mais pra gente produzir alguma coisa diferente, que tenha valor.” (Entrevistado G – produtor rural)

Este sentimento gerado no produtor rural, resultante das ações coletivas no contexto da pequena propriedade de produção rural favorece também um **sentimento de orgulho e pertencimento local**, incentivando o agricultor familiar a permanecer no campo. Percebe-se que este sentimento é também repassado aos membros da família, o que gera um estímulo à permanência na atividade rural. Assim, o sentimento de pertencimento aliado ao orgulho e status, favorece a permanência da família no campo, com destaque para a situação do jovem e a mulher.

“Primeiramente, o que deixa a gente mais contente é a questão da família, porque hoje na agricultura, dificilmente um filho fica na roça, e o que mais deixa a gente feliz é isso... [...] os filhos estando em casa ou perto de casa, a gente fica mais contente.” (Entrevistado C – produtor rural)

Este mesmo produtor mencionou ainda que, no caso da filha mulher, a situação é mais complicada, apontando que as possibilidades de trabalho no campo são menores para o gênero feminino se comparadas às perspectivas na cidade. Desse modo, a associação tem encarado a preocupação com a **permanência do jovem e da mulher no campo**, com ações coletivas que busquem integrá-las às atividades produtivas na propriedade, como é o caso da promoção de tecnologias de cultivo de frutas numa altura possível para o trabalho feminino, que favoreça sua saúde, como é o caso do figo e amora preta, além das ações de conscientização da importância da mulher no seio produtivo familiar.

Identificou-se que a possibilidade de **permanência no campo** é também um benefício social, o qual é resultante dos benefícios econômicos percebidos pela família. Neste sentido, a

garantia de renda é fator chave para esta permanência. Ao relatarem as condições financeiras antes da formação da associação, vários produtores mencionaram a instabilidade sofrida na cultura do café, que era uma das únicas culturas viáveis na região, devido às condições de clima e solo, e cujo mercado oferecia possibilidade de escoamento da produção. Com a implantação da fruticultura e a possibilidade de uma renda mensal, tornou-se maior a atratividade em relação às atividades rurais na região, proporcionando maior permanência.

“Se não fosse hoje a Aprocor e a Coaprocor junto, eu tenho certeza que tinha muita gente que teria ido embora da propriedade, porque quem tem dois alqueires de terra, pra ele sobreviver, se não fosse a fruticultura aqui na região, não teria como sobreviver.” (Entrevistado I – produtor rural)

No que tange aos resultados relativos a benefícios sociais, esses se aproximam dos já encontrados por Schmidt et al. (2015) em estudo desenvolvido no setor de turismo rural. Para as autoras, as ações coletivas contribuíram para o inclusão do pequeno produtor rural, para o empoderamento da mulher e do pequeno agricultor, fomentando inclusive, a permanência de agricultores e filhos no campo. Em suma, o Quadro 5 demonstra todos os benefícios proporcionados aos produtores familiares pela ação coletiva, resultantes da pesquisa empírica.

Quadro 5 – Benefícios coletivos proporcionados aos produtores rurais.

Benefícios econômicos e financeiros	Diversificação dos produtos, inclusão do pequeno produtor rural na cadeia produtiva, comercialização, abertura de novos mercados, escoamento da produção, aumento da produtividade, aumento da renda, aumento da qualidade dos produtos, redução de custos, redução de riscos, aumento do poder de barganha, logística integrada, criação de empreendimento cooperativo, garantia de renda, estabilidade financeira, possibilidade de planejamento financeiro mensal ou periódico, melhor distribuição de renda entre os membros da família.
Benefícios informacionais	Redução do impacto sofrido com a burocracia das operações comerciais, criação de parcerias com instituições públicas e privadas, aquisição de conhecimento técnico e informações de mercado, assistência técnica.
Benefícios ao meio ambiente e saúde do trabalhador	Adequação ambiental da propriedade, embelezamento da propriedade, melhoria dos cuidados com a saúde do trabalhador, redução do uso de agrotóxicos.
Benefícios sociais	Sentimento de status, melhoria da auto estima, satisfação pessoal, sentimento de orgulho, sentimento de pertencimento local, permanência da família no meio rural, inclusão do trabalho feminino e do jovem no campo.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Como se pode observar, os benefícios resultantes da ação coletiva contemplam não apenas os associados, através dos ganhos econômicos, financeiros, informacionais, sociais e de saúde do trabalhador, como também abrange os ganhos proporcionados às famílias e ao meio ambiente. Pode-se ainda mencionar os ganhos proporcionados à comunidade local e entornos da associação, uma vez que os resultados da ação coletiva, mesmo de forma indireta, possivelmente traz benefícios à outros agentes, como é o caso do aumento do comércio local, resultante do aumento da renda dos produtores.

Por fim, destaca-se a efetividade desta ação coletiva, uma vez que os produtores rurais reconhecem conscientemente que se não houver atuação coordenada para produção e comercialização de frutas, desde o planejamento de ações até a finalização das operações próprias mediante a venda dos produtos, em que há dificuldades comuns a serem enfrentadas pelos produtores da região, não haveria a possibilidade de obter benefícios semelhantes e alcançar resultados favoráveis à suas atividades (HARDIN, 1995; OLSON, 1999; NASSAR, 2001; SANDLER, 2004).

4.2 Análise das Falhas da Ação Coletiva

As primeiras dificuldades mencionadas pelos produtores rurais foram as contrariedades em relação à lavoura, no que se refere às condições climáticas inesperadas, ao manejo da cultura e ao manejo de pragas e doenças. Estas dificuldades, no entanto, são comuns na produção rural e não são provenientes das interações entre os indivíduos, não se classificando como objeto desta análise.

Por conseguinte, foram mencionadas algumas dificuldades em relação ao **preço dos produtos**, que refletem falhas coletivas. A associação possui como base de valores os preços de mercado, mais especificamente, os preços oferecidos pela Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP. Os relatos demonstram que, pelo fato de algumas culturas frutíferas proporcionarem a colheita num curto prazo, muitas vezes, os produtores são atraídos à implantar uma cultura rentável, cujo valor de mercado é atraente, mas que no momento da safra, sofre quedas de preço consideráveis ou a ocorrência de intempéries climáticas condiciona negativamente a produção, desestimulando a produção para o próximo ano. Além disso, como as variações de preço são diárias, do momento da colheita até o momento de venda do produto, podem ocorrer quedas do preço e os produtores acabam tendo um retorno menor do que esperavam.

Não se pode afirmar que estes casos refletem assimetria de informação, pois tratam-se de informações disponíveis à todos, indistintamente. Por outro lado, as questões de compreensão em relação à economia, como as variações de preço, oscilações de mercado resultantes de volume de produção nacional e sazonalidades, são fatores que refletem falhas coletivas de natureza cognitiva, indo ao encontro dos resultados dos estudos de Coleman (2010), que conclui que tais falhas são resultantes das limitações que os indivíduos possuem ao analisar todas as dimensões e características das negociações. Assim, as falhas de natureza cognitiva permitem concluir que existe **medo do risco** na produção rural familiar. No entanto, estas falhas poderiam ser superadas a partir da capacitação técnica.

A aversão ao risco é percebida também nas situações onde há **falta de confiança** nos resultados positivos ou na obtenção da parcela do benefício coletivo por parte do produtor rural, de forma individual, motivada por fatores pessoais, como por exemplo, a falta de mão de obra, a dificuldade no manejo ou colheita (como da cultura do morango, que é uma cultura rasteira e traz riscos à saúde da coluna do agricultor), ou ainda por preferir aguardar os resultados de outros produtores para então implantar, ou não, a cultura em sua propriedade. Esta última situação reflete também o oportunismo, o qual será abordado posteriormente.

A falta de confiança existente entre os associados reduz o nível de cooperação e reflete uma dificuldade a ser enfrentada pelo grupo. Esta situação remete ao entendimento de Olson (1999) ao apontar que a **heterogeneidade de interesses** entre os indivíduos do grupo tendem a reduzir o provimento do benefício coletivo, uma vez que os produtores rurais têm atribuído desiguais graus de interesse pelo resultado coletivo ou desigual teor de valor ao bem adquirido pela ação coletiva. Embora trate-se de uma falha cognitiva dos produtores, o resultado desta falta de confiança existente entre os associados é negativo para a associação, uma vez que tende a reduzir o volume total de benefícios gerados pelo grupo.

Observou-se também que, em relação às outras regiões do próprio estado do Paraná, onde há forte presença das culturas frutíferas, a região do município de Corumbataí do Sul carece de ações que estimulem as mudanças culturais. A baixa escolaridade identificada dentre os produtores rurais, surge como um fator que dificulta o aprendizado técnico e a implantação de uma cultura empreendedora no campo. Além disso, outros fatores culturais, como a preponderância da atuação masculina na economia doméstica tem se apresentado como fator limitador do alcance de maiores benefícios pela família rural. Para minimizar estes

problemas, a associação tem atuado na promoção de ações de inclusão feminina no trabalho no campo mas, no entanto, ainda é necessário maior empenho e atuação neste sentido.

Atrelado à estas dificuldades que geram falhas cognitivas, foram identificadas também falhas estruturais, que se estabelecem também através de ativos específicos. As características culturais e sociais presentes no grupo exigem a atuação conjunta de assistência social e um profissional da área de economia doméstica, totalmente inexistentes na região. Neste caso, a falha estrutural reside **na ausência de pessoal capacitado** para lidar com as demandas sociais do grupo, atuantes no acompanhamento das necessidades básicas dos indivíduos e suas famílias, bem como, capacitá-los com educação social e conhecimentos, além do conhecimento técnico da agricultura.

Sob outra ótica, os relatos da liderança do grupo mencionam que, apesar das parcerias mantidas com município e estado para fornecimento de mão de obra técnica agrícola, no decorrer dos anos, há dificuldades na atuação destes profissionais, uma vez que seus trabalhos são fortemente influenciados por questões políticas. Isso se dá através das mudanças nos objetivos dos governos estabelecidos, resultando em alterações no interesse de manutenção da parceria com o grupo de produtores rurais da região e até mesmo, a perda da atuação deste profissional junto aos associados. Essa situação reflete falhas de natureza política, em que o grupo sofre com a **influência de grupos externos**, cuja conclusão remete-se aos estudos de Coleman (2010). Neste caso, a associação poderia atuar como agente influenciador nos municípios onde os produtores rurais estão localizados, favorecendo a criação de dispositivos legais que permitam a disponibilização de profissional capacitado para fomentar as atividades com efeito multiplicador da agricultura familiar. Assim, concebe-se que a fixação de parceria com os municípios tende a gerar resultados positivos aos produtores rurais.

As falhas estruturais foram identificadas também nas transações de comercialização de produtos provenientes do campo, onde há dificuldades no **recebimento a prazo** dos produtos entregues à cooperativa. Como a entidade não possui reserva de caixa suficiente para o pagamento a vista no momento do recebimento dos produtos do campo, o prazo de recebimento por parte dos agricultores fica condicionado ao momento em que o destinatário efetue o pagamento. No caso das comercializações para o mercado institucional, esta situação se agrava ainda mais, pois, muitas vezes, o estado ou município efetua o pagamento à cooperativa após 30 dias e, sendo assim, o produtor rural acaba recebendo por suas vendas apenas neste prazo. Há relatos de produtores rurais, da ocorrência do recebimento após 60 dias.

"As vezes a gente precisa, mas daí tem que vender e a gente não sabe o dia que vai receber." (Entrevistado C – produtor rural)

Muito embora o foco desta análise sejam as falhas coletivas do grupo denominado APROCOR e os produtos do campo sejam comercializados via cooperativa, considera-se que as dificuldades enfrentadas pelo mesmo grupo ao operacionalizar com a COAPROCOR sejam falhas relativas de uma entidade à outra, pois a identidade do grupo é a mesma tanto na atuação como associação, quanto na atuação como subgrupo da cooperativa. Embora esse problema possa ser superado mediante a formação de reservas financeiras no decorrer no tempo, essa dificuldade presente na rotina operacional dos associados reflete a existência de falhas coletivas de natureza estrutural, igualmente revelado pelos estudos de Coleman (2010), pois resulta na imprevisibilidade financeira por parte do agricultor, já que a frequência de transações é elevada.

Além da falha de natureza estrutural, concebe-se que a mesma situação reflita também falha de natureza política. Isso deve-se ao fato de que, no caso das transações com o mercado

institucional, ou seja, com o poder público, a APROCOR, juntamente com a COAPROCOR, possa atuar como agente influenciador no município onde estão instaladas, favorecendo a implantação de dispositivos legais que determinem o pagamento de, pelo menos, parte da compra dos produtos à vista. No caso das transações com o mercado em geral, ou seja, com o setor privado, a mesma estratégia pode ser utilizada, via negociação. Concebe-se que tais estratégias sejam factíveis, uma vez que as organizações podem usufruir das economias de escala e escopo para negociarem melhores condições nas transações efetuadas pelo grupo, favorecendo os produtores familiares.

Nas transações de comercialização realizadas em conjunto com a cooperativa, identificou-se ainda a necessidade de maior **conscientização do objetivo coletivo** em relação à produção. A existência de contratos de comercialização com instituições públicas e privadas trazem consigo a necessidade de comprometimento, por parte dos produtores, na implantação e/ou dedicação às culturas de interesse deste público e, conseqüentemente, surge a necessidade de os indivíduos se conscientizarem que o objetivo coletivo busca atender essas demandas e, em contrapartida, lhes traz benefícios. Percebe-se que esta falha está ligada à prerrogativa de Olson (1999) sobre a racionalidade individual. Apesar do interesse individual pelo benefício coletivo, alguns agricultores familiares não percebem a dimensão do benefício coletivo ou são afetados pelas falhas cognitivas que resultam no medo do risco, mencionado anteriormente.

Para minimizar estas falhas, além das ações coletivas que integram o produtor rural às atividades do grupo, a inclusão de incentivos seletivos poderia estimular a percepção dos benefícios individuais por todos os indivíduos. Primeiramente, estes indivíduos que **não participam** ativamente das ações de planejamento conjunto da produção, mas que se beneficiam dos resultados do grupo, são os denominados *free riders* ou indivíduos caronas, os quais dificultam a atuação ótima do grupo, conforme Olson (1999). Em segundo lugar, foi identificado a não existência de incentivos ou premiações oferecidas aos associados, além das variações de preço, estabelecidas para os produtos de menor ou melhor qualidade. Essas características vão ao encontro das conclusões dadas por Olson (1999), Zylberstajn e Farina (1999) e Nassar (2001).

A existência de assimetria informacional na produção rural também tem propiciado a ocorrência de falhas coletivas e sobre isso, Zylberstajn e Caleman (2013) mencionam que estes comportamentos são decorrentes da falta de estruturas de incentivos e de um sistema de monitoramento. Apesar de a informação estar disponível à todos, indistintamente, há relatos de que a assistência técnica esteve presente mas, no momento do manejo das pragas e doenças, o produtor rural não seguiu corretamente as instruções, ocasionando prejuízos à lavoura e, posteriormente, atribuindo a responsabilidade em relação às perdas, ao técnico. Outros relatos mencionaram a utilização indevida de agroquímicos na condução da lavoura, de modo a usufruir de resultados positivos financeiramente, mas totalmente negativos à segurança do alimento.

Em outros casos, há ainda a ocorrência de oportunismo após a colheita das frutas. A associação possui um mecanismo de “contratação de produção”, mediante elaboração de atas de compromisso de produção. Foi identificadas situações onde o produtor rural firma o compromisso, porém, no período pós colheita, eventualmente, surge a oportunidade de comercialização com outro mercado, que não a cooperativa, e por interesse no melhor preço oferecido, deixa de cumprir o compromisso com a associação, pois não há penalidade alguma.

Estas situações refletem a presença do **oportunismo**, que resulta em falhas de natureza comportamental, na atuação dos produtores rurais. As duas primeiras situações, o oportunismo *ex ante*, após tentativa de obter melhores resultados mediante discriminação da informação técnica repassada ou das normas ambientais legais estabelecidas; e a terceira situação, oportunismo *ex post*, mediante quebra contratual da cooperação para obter melhores

resultados financeiros. Além disso, o oportunismo *ex post* identificado na ação coletiva afirma a existência de indivíduos caronas, os *free riders*. Para todos estes casos, concebe-se que a criação de dispositivos contratuais de penalização possam evitar a existência de oportunismo na ação coletiva, conforme já havia sido preconizado por Olson (1999).

Não obstante à isso, parte do sistema de monitoramento, apontado por Zylberstajn e Caleman (2013) como necessário para estes tipos de comportamentos, seria possível através da exigência ou promoção da utilização do caderno de campo, que é uma ferramenta de anotações e registros de atividades desenvolvidas sobre as culturas, de total êxito e credibilidade na gestão da propriedade rural. Além disso, percebe-se a necessidade de um sistema de monitoramento efetivo para controle de resíduos químicos nos alimentos, uma vez que a associação declara possuir preocupação com a segurança do alimento produzido. Para a presença de *free riders*, a implantação de incentivos seletivos, conforme já mencionado anteriormente, possibilitaria a redução da proliferação ou extinção desses comportamentos dentro do grupo. Estas situações refletem ainda a falta de implementação de regras ou normas, que visem assegurar os interesses da associação, no objetivo único de promover a produção de alimentos saudáveis. Sobre isso, identifica-se então a existência de falhas institucionais, conforme aponta os estudos de Caleman (2010), por haver fragilidade ou ausência de regras formais para estas questões.

Por último, identificou-se ainda a existência de dificuldades enfrentadas pelo grupo em relação às **normas que regulamentam o trabalho infantil**. Muito embora sejam leis federais que regulamentem estas questões, verificou-se que a identidade de todo o grupo possa ser prejudicada, caso algum indivíduo associado sofra restrições legais em relação às questões que envolvam o trabalho infantil em sua propriedade. Para a produção familiar, considera-se o trabalho infantil uma abordagem que merece mais atenção e estudos científicos, por refletir questões que podem ser apreciadas como “os dois lados de uma mesma moeda”. Se por um lado, há a preocupação e necessidade de erradicar o trabalho infantil, por outra ótica, está a necessidade de manter ações familiares de inclusão da criança e do adolescente nas atividades domésticas, de modo a promover seu interesse em permanecer no campo. Por isso, considera-se as normativas em relação ao trabalho infantil uma preocupação necessária ao grupo e neste momento, a ausência de regras e sistemas de monitoramento para estas questões, uma falha de natureza institucional.

Com base no exposto, o Quadro 6 apresenta um resumo de todas as dificuldades identificadas como presentes no grupo, o tipo de falha que estes problemas refletem, cujas classificações foram baseadas em Caleman (2010), bem como, as ações necessárias para mitigar ou tornar os desafios excludentes.

Quadro 6 - Dificuldades, falhas e ações coletivas necessárias.

Dificuldade	Natureza da falha coletiva	Ação coletiva necessária
Preço	Cognitiva	Capacitação técnica
Medo do risco	Cognitiva	Capacitação técnica
Falta de confiança	Cognitiva	Capacitação técnica e sobre ação coletiva
Heterogeneidade de interesses	Cognitiva	Capacitação técnica e sobre ação coletiva
Ausência de corpo técnico suficiente	Estrutural	Parcerias
Prazos de recebimento	Estrutural	Fortalecimento institucional financeiro
	Política	Influenciar município na criação de dispositivos legais com regras para recebimento das vendas e/ou negociar prazos com o mercado privado
Conscientização do objetivo coletivo	Cognitiva	Participação e incentivos seletivos

Influência de grupos externos	Política	Parcerias fixas com os municípios que fomentem a assistência técnica
Presença de <i>free riders</i>	Comportamental	Incentivos seletivos
Oportunismo	Comportamental	Sistema de monitoramento e incentivos seletivos
	Institucional	Fortalecimento institucional para formalização de regras
Trabalho infantil	Institucional	Fortalecimento institucional para formalização de regras

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Finda a análise das falhas coletivas existentes no estudo empírico, a próxima sessão apresentará os desafios futuros, identificados para esta ação coletiva.

4.3 Desafios da Ação Coletiva

Com base nas informações fornecidas pela liderança e produtores rurais da APROCOR, bem como, nas inferências feitas através da análise das falhas coletivas, pode-se identificar que existem três principais desafios a serem enfrentados pelo grupo.

O primeiro desafio é a capacitação de todos os agentes envolvidos na ação coletiva e a conscientização da racionalidade coletiva dentre os produtores rurais familiares. Em relação à liderança, tal como Moe (1980), Olson (1999) e Nassar (2001) apontam o líder como empreendedor político que organiza o grupo e emprega esforços na provisão de bens coletivos, os produtores rurais têm reconhecido esse papel e característica dos líderes da associação, porém, a capacitação à eles necessária vai ao encontro da necessidade de promover inovação, principalmente em relação aos incentivos seletivos. Este primeiro desafio abrange, além do permanente aperfeiçoamento técnico dos agentes, a inclusão de novos profissionais que atuem na estrutura técnica do grupo, como por exemplo a presença de um assistente social e um economista doméstico. Como há custos para manutenção e permanência destes profissionais, a formação de novas parcerias seria uma forma viável de mantê-los atuantes no grupo. Por último, há necessidade permanente de promover a capacitação técnica dos agricultores familiares, que somente será possível se os demais agentes se mantiverem também capacitados, de modo à fornecer a eles a informação necessária. Nesse sentido, Pasini (2006) também relata que a liderança é fundamental para o sucesso ao longo do tempo da Aquimap, pois esse ator foi responsável pela organização e motivação dos produtores, inclusive no que tange a continuar participando da ação coletiva, bem como na busca de qualificação e capacitação dos envolvidos.

O segundo desafio a ser enfrentado pela associação é a segurança do alimento. A eliminação do comportamento oportunista *ex ante* identificado em alguns produtores rurais, a implantação definitiva da utilização do caderno de campo e a utilização de métodos naturais alternativos para o combate à pragas e doenças ou o manejo correto de agrotóxicos, conforme determinado na legislação específica, são ações que garantirão a produção de alimentos saudáveis, com ausência de residuais químicos.

Por último e em resposta aos estudos do Banco Mundial (2007) e da FAO (2014), a promoção da segurança alimentar e redução da pobreza são desafios incorporados pelo grupo, que conscientiza-se que tal atividade possibilita a garantia de renda aos produtores familiares e compreende a real necessidade de diversificação da produção de alimentos para a composição da mesa das famílias. A Figura 1 demonstra um resumo dos desafios identificados no grupo APROCOR.



Figura 1 - Desafios da ação coletiva
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Considerações Finais Este estudo teve como objetivo central a análise da forma como a estrutura de governança coletiva apresenta influência (social, econômica, informacional, cultura e política) sobre os agricultores familiares associados à Associação de Produtores de Corumbataí do Sul – APROCOR. A motivação desta pesquisa se deu mediante as discussões teóricas sobre ações coletivas, no que se refere aos inúmeros benefícios gerados por ela, uma vez que estas estruturas de governança coletiva apresentam também, falhas de coordenação. Paralelamente, ao observar o atual contexto da agricultura brasileira, que demonstra a necessidade de coordenação entre agentes, de modo a promover a inclusão de pequenos produtores rurais nas cadeias produtivas, houve a expectativa de análise da agricultura familiar à luz da teoria da ação coletiva. Assim, a grande motivação deste estudo esteve no interesse em investigar um caso empírico entre produtores familiares, que demonstre a relação entre custos e benefícios da ação coletiva, de modo a identificar os ganhos e perdas que estes atores centrais possuem na ação conjunta, bem como, o valor a eles gerado.

Destaca-se as contribuições teóricas deste estudo, que possibilitou inferências sobre a teoria da ação coletiva no contexto da agricultura familiar. Ao analisar os custos e benefícios dos produtores familiares associados à APROCOR à luz da teoria da ação coletiva, pôde-se concluir que, assim como as demais ações de cooperação que se efetivam nos diferentes contextos econômicos e sociais, a ação coletiva no contexto da agricultura familiar que possibilita maior proporção de ganhos coletivos em relação às dificuldades enfrentadas pelos produtores familiares na atuação conjunta, é capaz de viabilizar a manutenção da ação grupal e torná-la sustentável ao longo do tempo. Os achados empíricos demonstraram que os ganhos oriundos da ação coletiva beneficiam os associados, a família rural, bem como, o meio ambiente e a saúde do agricultor. Além disso, gera ainda externalidades positivas que resultam em ganhos para o meio ambiente local e entorno da região rural.

Os achados empíricos demonstraram ainda que os custos da ação coletiva a serem arcados pelos produtores familiares incluem dificuldades de natureza cognitiva, estrutural, comportamental, institucional e política. Concluiu-se que essas dificuldades, abordadas no texto como provenientes de falhas coletivas, podem ser minimizadas ou extintas através da capacitação técnica, da atuação da associação como agente influenciador do ambiente político onde está localizada, do fortalecimento institucional para formalização de regras, aplicação de incentivos seletivos e criação de sistema de monitoramento dos agentes, bem como, criação de parcerias com as instituições públicas e privadas. Além disso, os desafios a serem cumpridos pelo grupo incluem a capacitação dos agentes, principalmente em relação à formação de uma racionalidade coletiva, o desenvolvimento de ações que asseguram a segurança dos alimentos produzidos e a segurança alimentar, bem como, o desenvolvimento de ações que contribuem para a redução da pobreza no campo através da geração de renda, cujas ações podem ser pautadas na diversificação da produção.

Com isso, pôde-se concluir que a existência de falhas e dificuldades na ação coletiva não inviabiliza a manutenção da mesma e mantém possível sua sustentabilidade ao longo do tempo quando há maior proporção de ganhos coletivos, conforme apontado pela literatura revisada, bem como, quando as falhas e dificuldades são passíveis de serem minimizadas ou excluídas do contexto do grupo.

Cabe ainda mencionar as limitações desta pesquisa, que reside na escolha de um estudo empírico isolado, cujos resultados de pesquisa são exclusivos para os atores deste estudo, podendo haver variações das conclusões presentes nesta pesquisa em estudos empíricos fundamentados em outras regiões do país, que abrangem outras atividades rurais ou ainda, que agregue atores diferenciados aos presentes nesta pesquisa.

Por fim, concebe-se que a ação coletiva na forma de associação (APROCOR), deu origem à uma rede de cooperação entre produtores familiares no estado do Paraná, considerando-se necessário um estudo empírico que analise também esta estrutura complexa, que integra, além dos produtores familiares investigados, diversos outros distribuídos em diferentes microrregiões do Paraná. Além disso, o desenho coletivo originado da associação exige a análise não apenas dos produtores rurais, mas também dos diversos atores que foram agregados à esta estrutura complexa de governança coletiva.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2008:** Agricultura para o desenvolvimento. Washington: *The World Bank*, 2007.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; FILHO, H. M. De S. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: 42º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá, **Anais...** Cuiabá, 2004.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; KAGEYAMA, A. A.; OLIVEIRA, J. T. A. Uma Tipologia dos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. **RESR**, Piracicaba, vol. 51, n. 1, p. 105-122, jan/mar 2013.

BRITO, Carlos M. *Towards an institutional theory of the dynamics of industrial networks.* **Journal of Business & Industrial Marketing.** v. 16, n. 3, p. 150-166, 2001.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável:** questões para debate. Brasília: IICA, 2006.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores? In: **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013.

CHIARIELLO, C. L.; EID, F. Singularidade na gestão de cooperativas tradicionais e populares: estudo de caso em cooperativas rurais do Paraná. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n.1, p.98-112, 2010.

CALEMAN, S. M. Q. **Falhas de coordenação em sistemas agroindustriais complexos: uma aplicação na agroindústria de carne bovina.** São Paulo, 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

EISENHARDT, K. M.; MARTIN, J. A. *Dynamic capabilities: what are they?* **Strategic Management Journal**, n.21, p.1105-1121, 2000.

FAO - *Food and Agriculture Organization of the United Nations. The state of food and agriculture: innovation in family farming.* FAO: Roma, 2014.

FARINA, E. M. M. Q. *Consolidation, multinationalisation, and competition in Brazil: impacts on horticulture and dairy products systems.* **Development Policy Review**, v.4, n. 20, p. 441-457, 2002.

GRANOVETTER, Mark. The strength of the weak ties. **American Journal of Sociology**. v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

HARDIN, Russel. **One for All: The Logic of Group Conflict.** Princeton: Princeton University Press, 1995.

LAZZAROTTO, J. J. O associativismo rural e a sua viabilização: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR). In: 24º Enanpad, 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: *Anpad*, 2000.

LOURENZANI, W. L. **Modelo sistêmico para gestão integrada da agricultura familiar.** São Carlos, 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2005.

LOURENZANI, Ana Elisa. SILVA, Andrea Lago da. Ações coletivas envolvendo pequenos produtores: da exclusão à inclusão nos mercados. **Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM**, Ano XIII, Jan – Dez de 2006.

MAEDA, Marianne Y.; SAES, Maria S. M. A lógica da ação coletiva: a experiência do Condomínio Agrícola Leopólis. In: **XII SEMEAD-Seminários em Administração**, 2009, São Paulo. XII SEMEAD - Empreendedorismo e Inovação, 2009.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Década de esperança e ascensão para a agricultura familiar. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/noticias/decada-de-esperanca-e-ascensao-para-a-agricultura-familiar>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

MENARD, C. *The economics of hybrid organizations. Journal of Institutional and Theoretical Economics.* v. 160, n. 3, p. 345-376, 2004.

NASSAR, André M. **Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros.** São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. A “pequena produção rural” no Brasil. In: **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action.* EUA: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor. *Collective Action and Local Development Processes. Sociologica.* Bologna, 2007.

PASINI, Andreia Helena. **A ação coletiva como forma de agregação no sistema agroindustrial da aquicultura de Maripá-PR.** Toledo, 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANDLER, Todd. *Global Collective Action.* University of Southern California: Cambridge, 2004.

SAUVÉE, Loïc. *Efficiency, Effectiveness and the Design of Network Governance.* In: 5TH International Conference on Chain Management in Agribusiness and the Food Industry Noordwijk an Zee, The Netherlands, 2002, Noordwijk an Zee. **Anais...** Noordwijk an Zee, 2002.

SCHMIDT, C. M. **Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

SCHMIDT, Carla Maria; CIELO, Ivanete; WENNINGKAMP, Keila; TOMIO, Marialva. Collective Actions in Sustainable Rural Tourism: A Case Study of the Western Region of Paraná. **Systems Research and Behavioral Science.** Volume 33, Issue 2. First published: 01 December 2015.

SCHMIDT, Carla Maria; SAES, Maria Sylvia Macchione; MONTEIRO, Guilherme Fowler de Ávila. Value creation and value appropriation in networks: an empirical analysis of the role of geographical indication in the wine industry in Vale dos Vinhedos, RS, Brazil. **Organizações Rurais & Agroindustriais,** Lavras, v. 16, n. 3, p. 343-362, 2014.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010.

SILVA, A. L.; LOURENZANI, A. E. B. S. Modelo sistêmico de ocorrência de ações coletivas: um estudo multicaso na comercialização de frutas, legumes e verduras. **Gestão de Produção**, v. 18, n. 1, p. 159-174, 2011.

WENNIGKAMP, K. R. **Ações coletivas no agronegócio**: uma análise da produção científica no Brasil (1990 a 2013). Toledo, 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade do Oeste do Paraná.

ZYLBERSZTAJN, Decio; CALEMAN, S. M. Q. Falhas organizacionais: tipologia, determinantes e proposta de modelo teórico. *Revista OES*, vol. 20, n. 65, p. 261-282, abr/jun 2013.